

## HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA VISTA A PARTIR DA HISTÓRIA POLÍTICA DO PAÍS.

Rosane Maria Souza e Silva<sup>1</sup>

1. Docente de Psicologia do IFBA, Campus Eunápolis-Bahia, doutoranda do programa de Ensino, Filosofia e História das ciências da UFBA.

### Resumo:

A psicologia foi regulamentada como profissão, no Brasil, em 1962 e nesse mesmo ano foi emitido o Parecer 403 do Conselho Federal de Educação que estabeleceu o currículo mínimo e a duração do curso universitário de psicologia.

A presente pesquisa se debruçou sobre a história do desenvolvimento científico e institucional da psicologia no Brasil e teve como objetivo analisar a dinâmica da história social da psicologia enquanto instituição científica e profissional e o modo como foi influenciada pelas políticas de Estado ao longo da história.

Nossa perspectiva foi desenvolver um estudo histórico descritivo acerca do desenvolvimento científico e institucional da psicologia na Bahia, apreendendo-a enquanto prática social, cujos fundamentos históricos e filosóficos estão intimamente ligados à expressão da vida humana na sociedade. (BURKE, 1992; KRAGH, 2001).

**Palavras-chave:** História das Ciências; História da Psicologia no Brasil; Política.

**Apoio financeiro:** Instituto Federal da Bahia - IFBA.

### Introdução:

O desenvolvimento, a institucionalização e a autonomização da psicologia, enquanto ciência e profissão, no Brasil, estão estreitamente ligados à própria história política do país. De acordo com PESSOTTI (1988), a psicologia iniciou uma nova fase, por ele denominada de *profissionalização*, apenas dois anos antes do golpe militar, uma vez que, em 1962, foi legalmente efetivada como profissão autônoma através da Lei 4.119. Nesse mesmo ano foi emitido o Parecer 403 do Conselho Federal de Educação que estabeleceu o currículo mínimo e a duração do curso universitário de Psicologia.

No que se refere à produção científica, aos campos de atuação e às práticas profissionais do psicólogo, a investigação que propomos visa o deslinde da psicologia,

considerando as concepções e abordagens psicológicas dominantes, bem como as práticas que rompiam os parâmetros mais hegemônicos. (COIMBRA, 1999; SCARPARO, 2008 e 2014).

O estudo realizado adequa-se à linha de pesquisa em História das Ciências e justifica-se por apresentar um resgate de parte da história da psicologia no Brasil, contribuindo para a preservação de sua memória histórica e institucional. Esta pesquisa relaciona-se diretamente ao trabalho de doutoramento desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da UFBA, intitulado *"Psicologia e política durante a ditadura militar: desenvolvimento científico, atuação profissional e participação política dos psicólogos da Bahia (1964-1985)"*.

O objetivo foi analisar a dinâmica da história social da psicologia enquanto instituição científica e profissional e o modo como foi influenciada pelas políticas de Estado ao longo da história.

### Metodologia:

O caminho metodológico desta investigação foi norteado pelos marcos da abordagem da pesquisa qualitativa. Insere-se no campo da História social da ciência, enquanto investigação de cunho internalista. (BURKE, 1992; GAVROGLU, 2007; KRAGH, 2001). O presente estudo baseou-se na pesquisa documental e bibliográfica. Para compreensão mais aprofundada do período estudado, serão utilizadas obras historiográficas de referência concernentes à história da psicologia no Brasil.

### Resultados e Discussão:

No Brasil, a produção de saberes psicológicos no período colonial e no século XIX tinha como finalidade de, sob os auspícios da tarefa jesuítica, prover a educação aos filhos de colonos portugueses, a educação elementar e a catequese para os filhos dos nativos da terra e a alfabetização aos índios, com ensinamentos baseados na psicologia

moral da época. (MASSIMI, 2006; ANTUNES, 2013).

Com o fim do período colonial e a vinda da família real para o Brasil, agora um país agrário-exportador, foram criados, dentre outras instituições, os cursos de Medicina, em Salvador e no Rio de Janeiro, cujas teses, livros e artigos, inspirados nos avanços da Fisiologia e da Filosofia na Europa do século XIX, contribuíram para a disseminação de saberes psicológicos no Brasil. Tais trabalhos tratavam principalmente de teorias sobre controle social, visando à normalização e a higienização das cidades, em expansão populacional naquele momento, bem como à exclusão de mendigos, loucos e criminosos, em consonância com o projeto de saneamento urbano da época. (ANTUNES, 2012).

Na primeira metade do século XX, a produção de pesquisas relevantes em psicologia, desenvolvidas em países como França, Alemanha e Estados Unidos foram trazidas para o Brasil, que buscava se modernizar e ampliar seu parque industrial. (ANTUNES, 2012; LOURENÇO FILHO, 1971). A ciência psicológica, que se legitimava internacionalmente, era adotada estrategicamente no Brasil nas áreas da educação, da indústria e do comércio, especialmente através do uso de testes psicológicos como instrumentos de racionalização das práticas educativas e produtivas. A psicometria validava-se na objetividade e na superioridade dos produtos da ciência, das técnicas positivistas e de acordo com o modelo capitalista e liberal em vigor (FIGUEIREDO & SANTI, 2011).

A psicologia emergiu, como ciência e profissão, na segunda metade do século XX, associada às classes burguesas da sociedade brasileira e realizava estudos e intervenções de caráter higienista, moralizante e normatizante, focados principalmente na população pobre. Foi regulamentada como profissão, no país, em 1962, apenas dois anos antes do golpe militar que implantou o regime ditatorial, que perdurou por vinte anos no Brasil. Nesse mesmo ano de 1962 foi emitido o Parecer 403 do Conselho Federal de Educação que estabeleceu o currículo mínimo e a duração do curso universitário de Psicologia. Nesse cenário, o curso de psicologia da Universidade Federal da Bahia, criado em 1961 e cuja primeira turma foi iniciada em 1969, viria atender ao projeto desenvolvimentista adotado pelo regime militar, de valorização tanto das profissões de nível superior quanto dos profissionais liberais.

### Conclusões:

A pesquisa que aqui apresentamos valoriza tanto as relações históricas e sociais quanto os aspectos técnicos, ou seja, o próprio conteúdo da ciência psicológica. Tais aspectos não são necessariamente excludentes (KUHN, 1977; PEARCE WILLIAMS, 1966a, *apud* KRAGH, 2001). Como afirma o autor, "Sendo a ciência uma estrutura tão complexa, a história da ciência será necessariamente um assunto multifacetado" (KRAGH, 2001, p.27). A variedade de aspectos da história das ciências é tão ampla quanto suas vias de acesso, o que permite todas as contribuições analíticas, quer seja a partir dos conteúdos teóricos, quer seja com base nas vertentes históricas e sociais.

### Referências bibliográficas

ANTUNES, M. A. M. **A Psicologia no Brasil: Um ensaio sobre suas contradições.** Psicologia: Ciência e Profissão, n. 32 (num. Esp.), p. 44-65, 2012.

BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

COIMBRA, C. M. B. Práticas 'psi' no Brasil do 'milagre': algumas de suas produções. In: JACÓ-VILELA, A. M.; JABUR, F.; RODRIGUES, H. B. C. (Orgs.). **Clio-Psyché: Histórias da psicologia no Brasil.** (pp. 75-95). Rio de Janeiro: UERJ/NAPE, 1999.

FIGUEIREDO, L. C. M.; SANTI, P. L. R., **Psicologia, uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência.** 3 ed., São Paulo: EDUC, 2011.

GAVROGLU, K. Elementos da história da história das ciências In: **O passado das ciências como história.** Porto: Porto Editora, 2007, p.17-65.

KRAGH, H. **Introdução à historiografia da ciência.** Porto: Porto Editora, 2001.

LEI n. 4.119 (1962, 27 de agosto). Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamentam a profissão de psicólogo. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 25/03/2007 de [http://pol.org.br/legislacao/pdf/lei\\_n\\_4.119.pdf](http://pol.org.br/legislacao/pdf/lei_n_4.119.pdf).

LOURENÇO FILHO, M. B. **A psicologia no**

**Brasil.** In: Arquivos brasileiros de psicologia aplicada, 23 (3), p. 113-141, 1971.

MASSIMI, M. Ideias psicológicas na cultura luso-brasileira, do século XVI ao século XVIII. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Orgs.). **História da psicologia: rumos e percursos**, p. 75-83, Rio de Janeiro: Nau, 2006.

PESSOTTI, Isaias. Notas para uma história da psicologia brasileira. In **Quem é o psicólogo brasileiro?** Conselho Federal de Psicologia/ Edicon, 1988.

SCARPARO, H. Pesquisa histórica com ferramenta para conhecer a construção das ideias e das práticas psicológicas. In: SCARPARO, H. (Org.) **Psicologia e pesquisa - perspectivas metodológicas**, pp. 112-127, Porto Alegre: Sulina, 2008.

SCARPARO, H.; TORRES, S.; ECKER, D. **Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado.** EPOS, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 57-78, 2014.